

10-06-2005.

E.M. nº 012-2005/CONSEA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em sua X Reunião Plenária, realizada no último dia 31 de maio, o CONSEA tomou conhecimento e aprovou solicitação de providências relativas à gravíssima situação de contaminação por chumbo da população do Município de Santo Amaro da Purificação – BA. As informações, apresentadas pela Conselheira Ana Maria Placidino, foram levantadas a partir de visita de diagnóstico realizada em abril de 2005 pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU e pela Rede KODYA – Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito Humano à Alimentação, a pedido da Coordenação de Apoio às Populações Vulneráveis da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS .

O problema originou-se dos resíduos contaminantes produzidos pela Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC, que se instalou naquele Município e produziu lingotes de chumbo durante o período de 1960 a 1993. As exigências para o funcionamento da fábrica, fixadas pelo Governo do Estado em 1981, não foram respeitadas, resultando em diversas formas de contaminação da população local: pelo ar, pela deposição de resíduos no Rio Subaé e pelas roupas dos trabalhadores, enquanto funcionou a indústria; além disso, a Prefeitura utilizou a escória da indústria para pavimentar ruas e construir 19 poços artesianos; e a própria população, desinformada, utilizou esse material para revestir quintais e varandas dos domicílios.

A Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos – AVICCA, criada em 2001, tem registro de 560 (quinhentas e sessenta) crianças contaminadas e de 89 (oitenta e nove) viúvas da contaminação. O Município tem a maior incidência de câncer no Estado há 44 (quarenta e quatro) anos, e também os piores indicadores sociais no Estado, com destaque para o elevado número de casos com tuberculose e hanseníase. Em função da contaminação, têm ocorrido problemas de má-formação e de desenvolvimento das crianças, afetando suas capacidades cognitivas, entre outras seqüelas. Por outro lado, os ex-trabalhadores não conseguem se aposentar pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual, conforme consta dos relatos, não reconheceu a contaminação por chumbo como doença. A situação de pobreza dessas famílias agrava ainda mais a situação, na medida em que estas acabam por consumir os alimentos produzidos no local, também contaminados pelos resíduos presentes no solo e na água.

Tendo conhecimento da gravidade da situação, solicitamos a Vossa Excelência que sejam tomadas providências imediatas, por parte do Governo Federal, para garantir os direitos fundamentais dessa população e resgatar sua plena cidadania. O CONSEA recomendou, inclusive, que entre essas providências seja considerada a possibilidade de uma intervenção federal no Município.

Foram criadas Comissões Intersetoriais, nos níveis municipal e estadual, tendo sido definidas ações de curto, médio e longo prazo. No entanto, não foi iniciada a implementação destas, nem sequer as de curto prazo. Atualmente, há atendimento das famílias pelas Comunidades Religiosas de Matriz Africana, vinculadas à ACBANTU, com distribuição de cestas básicas, acompanhamento familiar terapêutico e realização de atividades culturais. Como parte do diagnóstico apresentado ao Conselho, foram elencadas propostas de ações emergenciais e de médio prazo, sintetizadas no documento anexo.

Como parte dos encaminhamentos definidos na Reunião Plenária do CONSEA, o MDS, na pessoa da Sra. Secretária Executiva Márcia Lopes, substituta do Ministro Patrus Ananias na Secretaria do Conselho, assumiu os seguintes compromissos: levar a questão à Câmara de Política Social da Casa Civil da Presidência da República; contatar o INSS, visando verificar a possibilidade de revisão dos indeferimentos dos pedidos de aposentadoria; e, caso não seja viável, encaminhar o atendimento pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Tendo em vista as responsabilidades da esfera estadual diante do problema, o Conselho decidiu também pelo encaminhamento de comunicação ao Senhor Governador do Estado da Bahia, à Assembléia Legislativa do Estado e ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Finalmente, considerou-se a necessidade de responsabilização da empresa, visando obter a reparação ambiental e social dos danos, motivo pelo qual encaminharemos solicitação de providências nesse sentido por parte do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado da Bahia.

Certo de mais uma vez contar com o empenho de Vossa Excelência diante dessa grave situação de privação dos direitos à Segurança Alimentar e Nutricional e a uma vida digna, colocamo-nos à disposição para colaborar com os encaminhamentos a serem adotados.

Respeitosamente,


Francisco Menezes
Presidente do CONSEA

ANEXO

Propostas para Atendimento das Famílias Contaminadas por Chumbo no Município de Santo Amaro da Purificação – BA

1. Distribuição de 3.000 (três mil) cestas básicas mensais através da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU/Rede KODYA, com aquisição dos seguintes itens de outros Municípios para o fornecimento às famílias: carne, leite, peixe, ovos, hortaliças, legumes etc.
 2. Capacitação Profissional para 400 (quatrocentos) jovens oriundos das comunidades prioritárias na área de metalurgia, visando formar mão-de-obra direcionada à necessidade de 4.000 (quatro mil) trabalhadores para a construção da Plataforma Marítima da Petrobrás em São Roque, situada a 25 (vinte e cinco) minutos de distância. Metodologia proposta: quatro turmas com cem alunos; carga horária de noventa dias por turma e emissão de certificados com validade nacional.
 3. Realização de Oficinas Culturais com foco terapêutico, com convite aberto à comunidade. Metodologia proposta: carga horária de três horas semanais, durante doze meses.
 4. Capacitação de lideranças comunitárias nas áreas de gestão social, processos colaborativos, formação de cooperativas, com foco terapêutico para vítimas de traumas; duração de seis meses, com carga horária de dezesseis horas semanais.
 5. Fortalecimento das comunidades de referência, ou seja, as comunidades religiosas de matriz africana, como organizações legítimas que podem articular uma série de atividades junto às famílias.
 6. Unificação dos Cadastros das famílias atendidas pelas Comunidades Religiosas de Matriz Africana da ACBANTU/Rede KODYA com os cadastros das famílias atendidas pela Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos – AVICCA.
 7. Implantação de banco de dados no Município, contendo o Cadastro das Vítimas, com o objetivo de subsidiar a garantia de direitos e políticas públicas.
 8. Campanha de conscientização da população, visando conter as formas de propagação da contaminação, o acesso aos direitos humanos e a discussão de ações conjuntas. Metodologia proposta: realização de dois seminários; produção de material de divulgação sobre a contaminação (folder, cartazes, banners, boletim informativo mensal).
 9. Ações ambientais: implementação das ações definidas pelas Comissões Intersetoriais, com participação do MDS nestas visando acelerar o ritmo dos trabalhos.
-

As propostas foram elencadas a partir das atividades realizadas em abril de 2005 pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU e Rede KODYA – Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito Humano à Alimentação, a pedido da Coordenação de Apoio às Populações Vulneráveis da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Atividades:

- Realização da 9ª. Plenária de Segurança Alimentar e Nutricional da População na Bahia – Tema: “Ações para o Enfrentamento da Contaminação do Chumbo: Saúde e Alimentação”. Participantes: 25 pessoas, representando 18 comunidades religiosas de matriz africana de Santo Amaro da Purificação e Diretoria da AVICCA - Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmiio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos.
- Visitas a Projetos Sociais e Culturais com possibilidade de adesão a uma rede de proteção às famílias;
- Visitas aos bairros apontados durante a 9ª. Plenária como emergenciais; e
- Reunião com Representantes da AVICCA.